

DIREITO AO ESQUECIMENTO NO BRASIL: A PROTEÇÃO À PRIVACIDADE E INTIMIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MEIO AMBIENTE INTERNET

Luciana Pimentel dos Santos

BANCA EXAMINADORA

- . Prof. Dr. Mário Furlaneto Neto (Orientador)
- . Prof. Dr. Teófilo Marcelo de Area Leão Junior (UNIVEM)
- . Prof. Dr. José Geraldo Alberto Bertoncini Poker (UNESP)

RESUMO

Dada a necessidade do indivíduo em relacionar-se de modo compatível à vida moderna e assim desfrutar dos novos modelos de relacionamentos online, tem-se notado a tendência crescente da criança e do adolescente em furtar-se ao direito à privacidade e intimidade. Diante deste cenário que vem se delineando, imprescindível a análise do direito ao esquecimento como meio efetivo a garantir a privacidade e intimidade do público infanto-juvenil no meio ambiente internet. Para tanto, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, estudo de casos, inclusive com a aplicabilidade do direito ao esquecimento em países europeus. A pesquisa foi dividida em três partes. No primeiro capítulo, foi observado como os relacionamentos sociais no meio ambiente internet se desenvolvem, mediante a arquitetura da rede. No segundo capítulo, observou-se o direito à privacidade e intimidade da criança e do adolescente, segundo a doutrina da proteção integral, enquanto no terceiro capítulo analisou-se a aplicabilidade do direito ao esquecimento como meio eficaz a garantir a preservação da vida privada do público jovem brasileiro. Concluiu-se pela possível aplicabilidade do direito ao esquecimento como

meio de proteção à privacidade e intimidade, desde a infância até a adolescência. Contudo, dada a arquitetura do meio ambiente internet, apesar do direito ao esquecimento garantir a proteção à privacidade e intimidade da criança e do adolescente, o faz de forma ineficiente.

PALAVRA-CHAVE

Direito ao esquecimento. Privacidade e intimidade. Criança e adolescente.

ABSTRACT

Given the need for the individual to relate in a compatible way to modern life, and thus enjoy the new models of online relationships, there has been a growing tendency for children and adolescents to evade the right to privacy and intimacy. Given this scenario that has been delineating, the analysis of the right to forgetfulness is essential as an effective way to guarantee the privacy and intimacy of the public in the Internet environment. To this end, the methodology used was bibliographic research, case studies, including the applicability of the right to forgetting in European countries. The research was divided into three parts. In the first chapter, we observed how social relationships in the internet environment develop through the architecture of the network. In the second chapter, the right to privacy and intimacy of children and adolescents was observed, according to the doctrine of integral protection, while in the third chapter, the applicability of the right to forgetfulness as an effective way to guarantee the preservation of the public's private life was analyzed. Young Brazilian. It was concluded by the possible applicability of the right to forgetfulness as a means of protecting privacy and intimacy, from childhood to adolescence. However, given the architecture of the internet environment, although the right to forgetting ensures the protection of the privacy and intimacy of children and adolescents, it does so inefficiently.

KEYWORDS

Right to forget. Privacy and intimacy. Child and teenager.